Municípia®

20 ANOS A GERAR VALOR
1999-2019

Relatório e Contas 2021

www.municipia.pt

Município

20 ANOS A GERAR VALOR
1999 2019

Município © 2019

ÍNDICE

1 | Órgãos Sociais 4
2 | Relatório de Gestão 6
2.1. Mensagem do Diretor Geral 7
2.2. Atividade Desenvolvida 9
2.3. Certificações Técnicas e marcas registadas 23
2.4. Recursos Humanos 25
2.5. Evolução Económico-Financeira 28
2.6. Proposta de aplicação de resultados 39
3 | Contas do exercício 42
4 | Anexo às Demonstrações Financeiras para o período em 31 de dezembro 2020 51

Municipia © 2019

1 | Órgãos Sociais

ASSEMBLEIA GERAL

Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos	Presidente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando do Nascimento Trigo Rep.CM Oeiras	Presidente
Rui Manoel da Graça Coias Rep.CM Oeiras	Administrador
João Pedro Brito da Silva Rep. CMVN Gaia	Administrador

FISCAL ÚNICO

Joaquim dos Santos Silva Rep.Diz & Associados,SROC, Lda	Membro Efetivo
	SROC nº 118

Municípia®

Relatório de Gestão 2021

www.municipia.pt

2 | Relatório de Gestão

No cumprimento de disposições legais e estatutárias, submete-se à apreciação dos Senhores acionistas o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados e respetivo Anexo, referentes ao exercício de 2021.

2.1. Mensagem do Diretor Geral

O exercício económico de 2021 revelou-se bastante positivo, voltando a Municípia a obter resultados líquidos positivos, mesmo num ano em que a pandemia ainda esteve presente.

Foi um ano em que as adjudicações a nível nacional subiram, materializando-se em projetos interessantes, quer a nível técnico, quer financeiro.

O principal destaque vai para o projeto de cadastro simplificado, com origem em concurso público internacional, a realizar para o Município de Coimbra, que se iniciou no final de 2021, já vai a bom ritmo e encontra-se em primeiro lugar a nível nacional, com o maior número de processos de Representação Gráfica Georeferênciada (RGG) na plataforma BUPi – Balcão Único do Prédio.

A este, juntaram-se outras adjudicações de projetos a nível nacional, na área da Proteção Civil, Lidar, Publicação de Atlas, Harmonização de Bases de Dados, entre outras adjudicações nas áreas mais tradicionais da empresa, como a cartografia, a gestão de frotas e os sistemas de informação geográfica.

Foi também o ano em que lançámos produtos diferenciadores no mercado como o uniquePATHS, que como referido no ano transato foi alvo de uma candidatura de financiamento ao Turismo de Portugal.

Este projeto tem um carácter nacional, com particular relevância para as zonas do interior, capaz mesmo de minimizar as assimetrias do território, contribuindo para:

- Sustentabilidade Ambiental
- Sustentabilidade do Território
- Inclusão social "de Todos" e "para Todos".

Por fim, também os projetos mais recentes começam a libertar resultados, como é o exemplo da CONNECT®, que ao fim de 4 anos de existência, já é reconhecida como a maior Central de Compras dos municípios e onde estes podem adquirir de forma mais célere, mais económica e mais simples serviços e produtos, para o seu dia a dia, ao abrigo de Acordos Quadro.

A diversificação de serviços e/ou valências da empresa, atestam não só a capacidade da Municípia, como a diferença dos seus concorrentes.

No presente exercício, foi possível alcançar um Resultado Antes de Imposto positivo de 58.328,28 euros.

Estamos certos, que o período pós-pandemia, permitirá à Municípia continuar a crescer, mantendo-se como uma referência nacional e internacional.

Oeiras, 23 de fevereiro de 2022

O Diretor Geral,

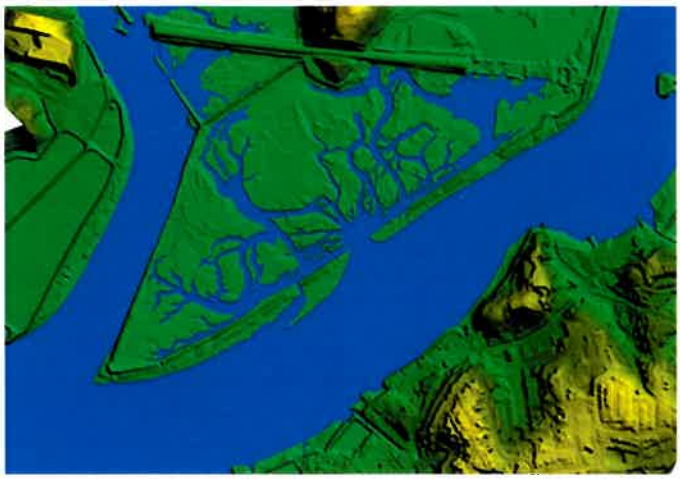
(António Fernandes)

Municípia © 2019

2.2. Atividade Desenvolvida

Direção de Cartografia e Cadastro

O ano de 2021 pautou-se por projetos interessantes e diferentes que permitiram um envolvimento dos técnicos da Direção noutras áreas de atividade. Nomeadamente, projetos Lidar com objetivos concretos para a elaboração de estudos através de modelos digitais de terreno e de superfície.



Estes trabalhos, com finalidades distintas, possibilitaram uma estreita e gratificante colaboração com as entidades envolvidas que enriqueceu as nossas capacidades bem como a dos nossos clientes.

Além destes projectos continuámos a nossa produção cartográfica em Base de Dados, encontrando-nos neste momento estabilizados e com os workflows atualizados dando continuidade a todos os projetos incluindo o acompanhamento da homologação dos projetos pela Direção Geral do Território.

Inovamos sempre com base em problemas concretos e encontrando soluções reais para o desenvolvimento de novas funcionalidades e rotinas que impactam a eficácia e eficiência na produção.

Desenvolveram-se projetos de cadastro disponibilizando os nossos serviços a diversos Municípios, oferendo uma qualidade e eficiência ímpar nesta área de atividade. O projeto de Cadastro Simplificado do concelho de Coimbra está a ser apoiado por técnicos da Direção de Cartografia e Cadastro, encontrando-se em primeiro lugar a nível nacional com

o maior número de processos de Representação Gráfica Georeferenciada (RGG) na plataforma BUPi – Balcão Único do Prédio.

O contacto com os Palop's manteve-se, como tem sido apanágio dos últimos anos, com reuniões promissoras e resposta a concursos que ainda se encontram em análise.

Para 2022, pretende-se a continuidade de todos os projetos e serviços e continuar a dar uma resposta de qualidade, baseada em serviços adequados, às necessidades dos nossos clientes superando as suas expectativas e fornecendo o melhor produto/serviço.

Direção de Engenharia e Infraestruturas

Em 2021 a área de negócio da Direção de Engenharia e Infraestruturas (DEI), focou-se não só na continuidade do desenvolvimento dos projetos em curso relativos a contratos transitados de 2019/2020, mas também de novos contratos que surgiram durante 2021. O grande foco da direção esteve centrado na consolidação da organização e dimensionamento em termos de equipas técnicas e no investimento na formação dessas mesmas equipas, mantendo a sua força de trabalho, apesar das interrupções consecutivas motivadas pelos constantes restrições de circulação e confinamento que impediram um normal desenvolvimento dos projetos.

O volume de faturação foi de 207.619 euros, ficando aquém do previsto no Plano de Atividades para 2021 onde se previa uma faturação de 401.752 euros.

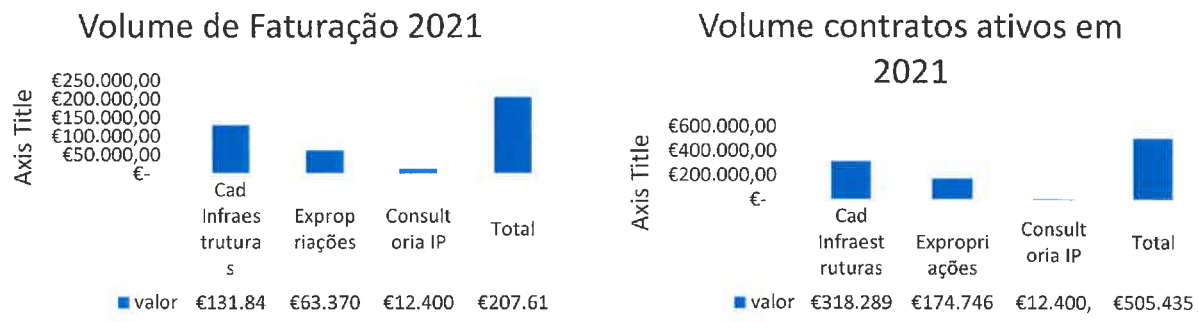


Ilustração 1 - A maior fatia de contratos recai sobre os projetos relacionados com o cadastro de infraestruturas, nomeadamente, água, saneamento, eletricidade e telecomunicações com destaque nos projetos desenvolvidos para as Câmaras de Leiria e Loulé e a Administração do Porto de Leixões

Esta diferença deve-se sobretudo à situação de pandemia de COVID-19 que perturbou fortemente as atividades da direção, nomeadamente com a suspensão de trabalhos em contratos de expropriações, mais propriamente nos trabalhos de cadastro, muito motivado pelo facto de que as medidas restritivas de confinamento tiveram forte impacto nos contactos com proprietários, plenários de sensibilização e todas as tarefas de identificação de proprietários. Este cenário não só provocou um aumento de custos, como a diminuição de produtividade, tendo os projetos sido prolongados para 2022.

Também nos projetos de cadastro de infraestruturas, houve forte impacto no desenvolvimento dos mesmos face à falta de disponibilidade das entidades gestoras de infraestruturas, bem como dos clientes ou de terceiros por estes indicados, motivada pelo confinamento. Não obstante estas dificuldades, a Municípia manteve as equipas no terreno para que, na medida do possível, fosse desenvolvendo algumas tarefas, nomeadamente no acompanhamento de obras.

Por via destas circunstâncias, foram remetidos para o ano de 2022 o fecho de projetos com um valor de faturação de 167.138 euros.

Das atividades desenvolvidas pela DEI, em 2021, destacam-se os projetos de cadastro de infraestruturas para os Municípios de Leiria e Loulé e para a APDL. Tratam-se de projetos bastante complexos cujo âmbito abrange não só as áreas mais tradicionais das atividades da Municípia, como o cadastro de água, saneamento e pluvial, mas também o cadastro de redes elétricas, telecomunicações, gás e combustíveis incluindo sondagens e deteções no subsolo e produção de esquemas de redes. Estes projetos permitiram posicionar a Municípia como uma das empresas de referência no mercado para este tipo de trabalhos, criando uma mais-valia de diferenciação de serviços e possibilitando entrar noutro perfil de clientes mais diversificados.

Este é o resultado da aposta na formação e em tecnologia que a Municípia desenvolveu nos últimos anos que deu frutos de confiança e posicionamento no mercado, não só em termos específicos nas matérias de conhecimento do modo de operação e instalação dos diferentes tipo de infraestruturas, como na operação de equipamentos de sondagem e deteção que permitiram com este segmento de negócio que a Municipia não ficasse refém dos tradicionais cadastros de redes de água e saneamento/pluvial, onde a concorrência é muito mais vasta, com prática de margens muito baixas.

Atualmente, a Municípia está capacitada para dar uma resposta abrangente em termos de rigor, precisão e diversidade, não só para projetos de larga escala em termos de abrangência territorial, como de maior escala de detalhe e multidisciplinaridade. As atividades desenvolvidas nos projetos estão focados na precisão de sondagens de subsolo com técnicas intrusivas e não intrusivas, rigor topográfico e um maior detalhe de caracterização técnico das infraestruturas. Mantemos o foco num cadastro multifuncional centrado no âmbito do planeamento/projeto, gestão e diagnóstico das infraestruturas intervencionadas permitindo que a informação disponibilizada aos nossos clientes seja rigorosa e dê as respostas no âmbito da sustentabilidade e eficiência dos seus recursos e ativos.

Municípia © 2019

Figura 1 - identificação e etiquetagem de cabos elétricos e telecomunicações

Figura 2 - levantamento de precisão no interior de infraestruturas de drenagem

Figura 3 - equipamento de sondagem com CCTV incorporado para inspeção e deteção de infraestruturas

A abordagem técnica e metodológica da Municípia tem sido elogiada pelos resultados que vai produzindo, não só no final de cada etapa, mas também pelo constante fornecimento de informação acerca de problemas e patologias que vai detetando ao longo dos seus trabalhos. Esta forma de abordagem ao problema, com a procura/adaptação das soluções técnicas que melhor se adequam aos cenários reais do terreno, permite que os nossos clientes tenham a melhor informação possível, estruturada e de rápido acesso. Pois estamos focados em atingir o objetivo de base dos nossos clientes que se centra na minimização de custo a jusante da nossa ação, quer em ambiente de obra com trabalhos a mais, quer também nas intervenções de planeamento de manutenção e reconversão de infraestruturas sensíveis cujo impacto de um incidente pode provocar avultados danos.

Em 2022 a Municípia irá continuar a crescer e a otimizar a sua metodologia e abordagem aos problemas dos seus clientes colocando o seu know-how nas áreas de engenharia e no estudo de diagnóstico procurando sempre propor as melhores soluções para uma gestão eficiente e sustentável dos recursos, contribuindo para que os seus clientes cumpram as metas e objetivos a que se propuseram no âmbito do Portugal 20/30.

Municípia © 2019

Direção de Inteligência Espacial

As atividades do ano de 2021 ficaram marcadas, à semelhança do ano anterior, pela pandemia de COVID-19. Esta situação, sendo a Direção de Inteligência Espacial (DIE) responsável pela manutenção da infraestrutura tecnológica de toda a empresa, obrigou a um esforço de adaptação no sentido de, mesmo remotamente e com o mínimo de deslocações à sede da empresa, garantir todo o normal apoio à infraestrutura tecnológica da Município.

Estas atividades (projetos internos) que visam manter o normal funcionamento da Município e apoiar tecnicamente as restantes direções, dividiram-se em Manutenção do Site da Município, Manutenção do Site da Connect, apoio à Plataforma de Gestão do Sistema de Gestão da Qualidade; em *Help Desk* às diversas divisões, em auditoria e manutenção da infra-estrutura de suporte às atividades da Município, no apoio ao SAP e no desenvolvimento e análise de soluções requisitadas pelas restantes direções.

Quanto ao sistema SAP, destaca-se também a participação da DIE, em conjunto com a DAF, no upgrade a todo o sistema ERP.

Continuamos a prestar apoio técnico aos projetos da DEI e da DCC, nomeadamente apoiando no processo de conversão das metodologias de trabalho tendo em conta o recente Modelo de Dados de cartografia da DGT.

Relativamente aos projetos vocacionados para a resposta a serviços contratados por clientes, ou desenvolvidos no âmbito de projetos de investimento com a perspetiva de rentabilização futura, destacamos a conclusão da implementação da Plataforma CityHub em mais de uma dezena de clientes, a conclusão dos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios e a implementação de serviços Open Gis Consortium.

Quanto aos projetos já adjudicados e que se prolongam para o ano de 2022, destacamos Atlas Municipal, Harmonização de Bases de Dados e um projeto de implementação da Plataforma de Proteção Civil.

Para o ano de 2022, perspetiva-se a implementação da plataforma CityHub através da migração nos municípios que têm a antiga plataforma munWebGIS e na angariação de novos clientes. Este novo conceito pretende ser um acesso centralizado a todas as aplicações de base geográfica para os Municípios e que durante este ano continuou a ser desenvolvido e melhorado, desde a fase de UX/UI e design, até ao momento em que nos encontramos (Figura 1 e Figura 2).

Figura 1 – CityHub.pt – Portal de Divulgação

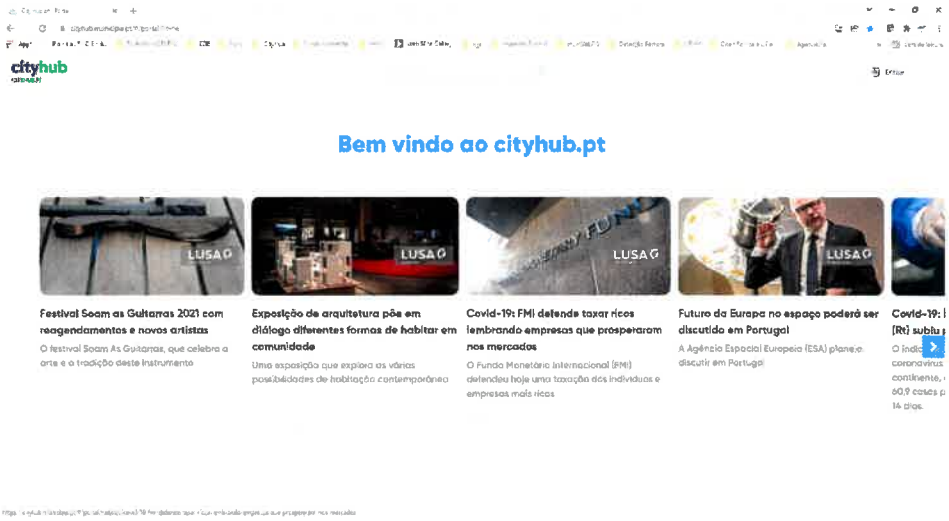


Figura 2 – CityHub.pt – GeoPortal

Direção de Novos Negócios

A Direção de Novos Negócios (DNN) assumiu em 2021 uma posição de foco e estabilidade ao nível das iniciativas que vinha a desenvolver nos anos anteriores, concretizando as ações de inovação iniciadas em 2020, consolidando a equipa na distribuição de produtos e serviços, e reforçando o envolvimento com as restantes unidades orgânicas da empresa em matéria de novas oportunidades de negócio.

Relativamente a inovação, a equipa focou-se no cumprimento escrupuloso dos tempos e requisitos do projeto uniquePATHS, um projeto ambicioso, num novo segmento, para um público alvo inteiramente novo, com um modelo de negócio disruptivo e com lançamento obrigatório no último trimestre do ano.

Mais do que uma plataforma, a uniquePATHS resultou num novo modelo de prática e de dinamização do turismo territorial. Suportado por uma APP, desenvolvida em exclusivo para o projeto, foi criado um marketplace onde se encontram residentes, população local, profundos conhecedores do território, com visitantes que procuram experiências únicas.

A uniquePATHS funciona hoje com uma ferramenta de geração de emprego no segmento do turismo que leva remuneração extra a pessoas com motivação para receber. Equipada com mecanismos de agendamento, pagamento e faturação, residentes que outrora viam o turismo como uma ameaça têm agora à sua disposição a possibilidade de partilhar o seu conhecimento, com visitantes interessados em unicidade, e auferir por isso.

A par da plataforma, foram criados frameworks de formação que permitem a municípios protocolados capacitar os seus munícipes e habilitá-los, para que se tornem pediguias ou utilizem o conhecimento lecionado em práticas de turismo acessível.

E para que a uniquePATHS se expanda e evolua em todo o território, foram criados modelos nacionais e locais de comunicação, que se direcionam à seleção de pediguias, à captação de visitantes e ao envolvimento das entidades locais.

Relativamente a distribuição de serviços e produtos, a equipa DNN consolidou a sua presença e voltou a crescer em matéria de colocação de serviços exclusivos de geolocalização de frotas nos seus clientes públicos. Câmaras Municipais, Bombeiros, Santas Casas de Misericórdia, ou Serviços Municipalizados, fizeram parte do leque de entidades que usufruíram em 2021, e vão continuar a usufruir, de um serviço que permite reduzir os custos com combustível e manutenções, aumentar a eficácia dos serviços e reduzir a pegada ecológica.

Municipia © 2019

A sustentabilidade ambiental e financeira dos clientes Município é um dos pilares da sua atuação, e o crescimento, tanto em número de sistemas como em dispositivos de localização instalados, é um indicador que contribuiu para a concretização das responsabilidades assumidas para 2021.

A Central Nacional de Compras Municipais CONNECT® é o exemplo cabal deste posicionamento em matéria de sustentabilidade. Em 2021 a CONNECT® cresceu em Acordos Quadro, em bens e em serviços colocados à disposição. Mais veículos movidos a energias limpas, mais equipamentos com elevadas performances energéticas, mais equipamentos conducentes à transição digital, mais serviços adaptados aos orçamentos disponíveis, foram colocados à disposição dos seus aderentes.

E as Entidades aderentes responderam positivamente, aumentando em número e em tipo, adquirindo mais via central, beneficiando de melhores preços, economias de escala, transparência e desburocratização.

A DNN focou-se na formação e colocação de uma equipa de distribuição junto dos clientes, permitindo esclarecer o serviço público prestado pela CONNECT®, suportar a aquisição de bens advindos de candidaturas a financiamentos e acertar a oferta disponível, numa ótica de ciclo construtivo de sustentabilidade financeira dos seus aderentes.

Relativamente ao envolvimento da DNN na criação de oportunidades de negócio conjuntamente com as restantes unidades orgânicas da empresa, o foco em 2021 residiu na entrega de soluções que permitissem aos clientes aumentar eficácia e eficiência nos serviços. E o cityhub.pt fez parte integrante dessa participação.

O cityhub.pt permite entregar o melhor serviço público aos munícipes, resolver os problemas reportados, dar acesso a mapas e informações para os empreendedores, gerir a execução dos Planos de Ordenamento do Território, agilizar a forma como os munícipes reportam ocorrências, usufruir de ferramentas mais ágeis para gestão de equipas e tirar partido da transformação digital para incrementar a qualidade do serviço público.

O cityhub.pt foi em 2021 uma das plataformas mais solicitadas e a DNN envolveu-se, para que, ao lado das equipas responsáveis pela implementação, fossem endereçadas da melhor forma as necessidades dos municípios e, fundamentalmente, dos munícipes.

Para 2022 o ênfase será dado no futuro e na responsabilidade da Município enquanto agente fundamental para que esse futuro exista. A sustentabilidade e a transição digital

serão os pilares da nossa atuação. E a Direção de Novos Negócios estará na linha da frente para adequar as competências e a oferta Municípia ao que no território deve ser implementado, facilitando a missão das entidades públicas no seu desígnio de garantir que existem gerações futuras.

Atividade Comercial

Concursos

O quadro seguinte espelha o resultado das propostas apresentadas no contexto do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, bem como as propostas apresentadas espontaneamente ou através de consulta, por todas as Direções da Município, ao longo do ano de 2021:

PROPOSTAS	Nº Propostas 2020	Nº Propostas 2021	Δ% Nº Propostas 20-21	Em Valor		Δ% Valor 20-21
				2020	2021	
Propostas adjudicadas	83	153	**84,3%**	1.119.816	1.710.719	**52,8%**
Propostas em aberto	292	261	**-10,6%**	20.367.990	19.935.372	**-2,1%**
Propostas recusadas	42	18	**-57,1%**	371.650	264.729	**-28,8%**
Total de Propostas Apresentadas	**417**	**432**	**3,6%**	**21.859.456**	**21.910.819**	**0,2%**

Unidade: euros

Constata-se, através da leitura do quadro anterior, que a empresa apresentou 432 propostas ao longo do ano de 2021, o que reflete a apresentação de 2 propostas a cada dia útil. Verificou-se uma variação positiva de 84,3%, em número de propostas adjudicadas e uma variação positiva de 52,8% no valor (euros) das propostas adjudicadas.

Importa ainda referir quais os clientes que mais contribuíram em volume de faturação em 2021 e que se elencam, seguidamente, por ordem decrescente:

TOP 10 CLIENTES	Valor	Peso Relativo no Total da Faturação
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (MOÇAMBIQUE)	795.594	32,80%
MUNICÍPIO DE OEIRAS	156.830	6,50%
MUNICÍPIO DE MONCHIQUE	75.035	3,10%
MUNICÍPIO DE COIMBRA	65.072	2,70%
MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR	56.434	2,30%
LUBRIFUEL	55.130	2,30%
GEOIDE	43.407	1,80%
Município de Portimão	43.219	1,80%
GEODOURO	36.687	1,50%
MUNICÍPIO DE LOULÉ	33.807	1,40%

Unidade: Euro

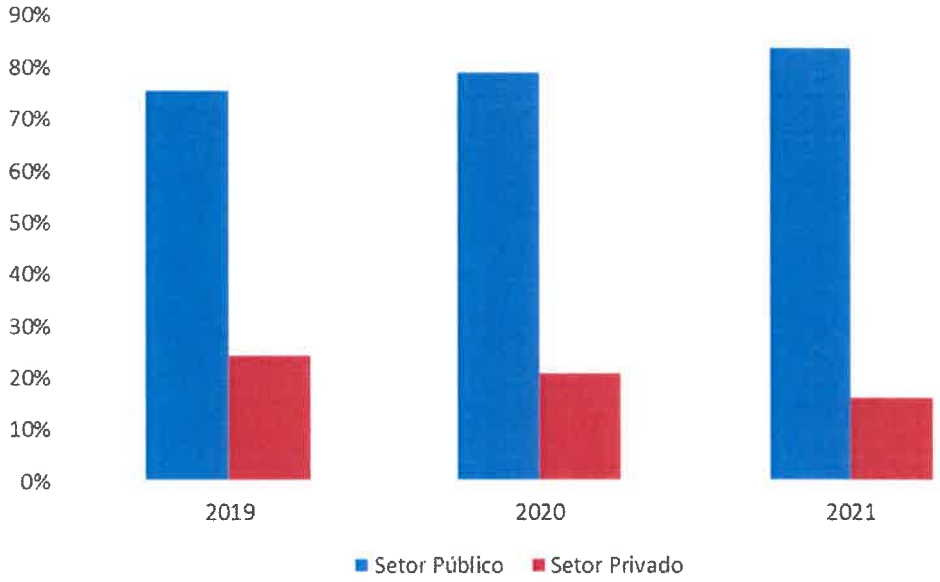
O quadro anterior é elaborado com base no valor total da faturação em euros e sem IVA.

Tipologia de Clientes

O setor público continua a ser o setor preferencial de atuação da Municípia, com 84% da faturação, registando um aumento de 6% face ao ano anterior.
O setor privado regista 16% da faturação, ou seja, menos 22% que no exercício anterior, conforme se constata no quadro seguinte:

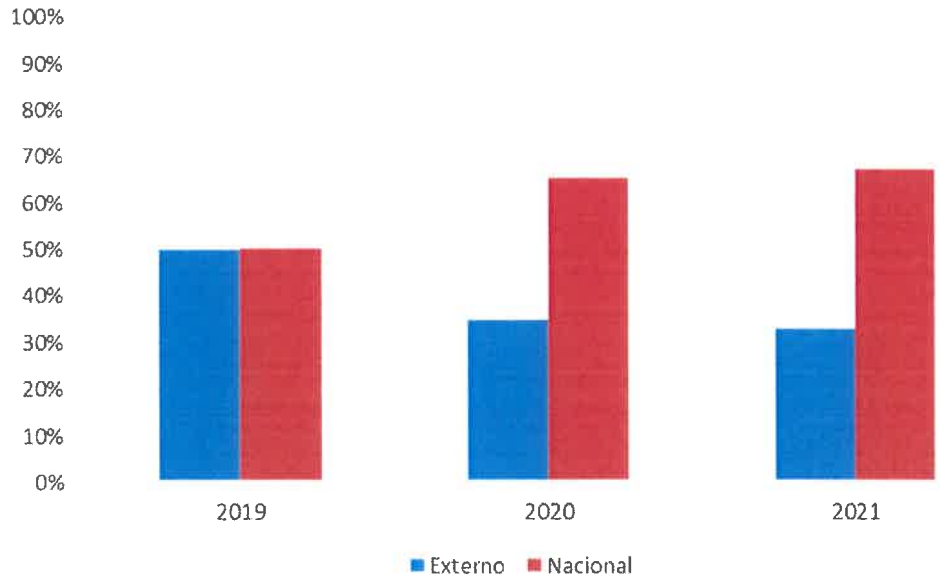
FATURAÇÃO	2019	2020	2021
Setor Público	75,71%	79,02%	83,79%
Setor Privado	24,29%	20,98%	16,21%

% do Volume de Faturação por Tipo de Setor



FATURAÇÃO MERCADO	2019	2020	2021
Externo	49,92%	34,77%	32,76%
Nacional	50,08%	65,23%	67,24%

% do Volume de Faturação por Tipo de Mercado



2.3. Certificações Técnicas e Marcas Registadas

Certificações Técnicas

A Direcção Geral do Território certifica que a empresa Munícipia – Empresa de Cartografia e sistemas de informação, SA., autorizada a exercer todas as actividades relacionadas com a produção e gestão de informação geográfica, desde a Fotografia Aérea ao Cadastro:

. Alvará Nº1/2000 CT: Imagem Aérea e outras formas de detecção Remota, Topografia e Nivelamento, Triangulação Aérea, Restituição Fotogramétrica, Numerização de Informação Cartográfica, Edição de Dados Cartográficos e Ortorrectificação;

. Alvará Nº1/2003 CD no domínio do Cadastro Predial.

Certificada como entidade formadora pela DGERT, Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho.

O sistema de gestão da organização foi auditado e cumpre com os requisitos da norma NP EN ISO 9001:2015.

Marcas Registadas

Município ®
Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação.

Central Nacional de Compras Municipais CONNECT ®
Criada ao abrigo do DL 200/2008 de 9 de Outubro, suportada pelo Estudo de Viabilidade Económica realizado por Augusto Mateus, Lda.

Comunidade de Municípios, que divulga a poupança e retorno do investimento esperados pela utilização de tecnologias de captação de energia solar, em cada cobertura.

UNIQUEPATHS ®

GEOSTAT ® Observatório Estatístico.

Empresa de Serviços Energéticos.

2.4. Recursos Humanos

No final de 2021 (31 de dezembro), a Municípia contava com 46 colaboradores ao serviço, o que representou um aumento de 35% face ao final do ano anterior (34). Este aumento justifica-se pelo número de adjudicações de projetos o que obrigou ao reforço substancial da equipa.

O absentismo situou-se nos 17%, ligeiramente superior ao verificado em 2020 (3%), derivado de um regresso parcial à normalidade. A principal causa de absentismo continuou a ser a "doença".

No âmbito do desenvolvimento de competências profissionais, a Municípia continuou a apostar na concretização de um plano de formação transversal, integrando trabalhadores (as) das várias Direções da Empresa, tendo para isso recorrido a formação externa e interna online.

Municípia © 2019

Gastos com Remunerações

No quadro seguinte, demonstram-se os valores registados na conta de Gastos com o Pessoal e Administração, estando estas remunerações também descritas no anexo. O peso de cada rubrica na estrutura destes gastos e as respetivas variações entre 2019 e 2021, em termos percentuais, são as que se descrevem, em seguida:

Natureza	2019	2020	2021	Peso % no total	Var. 19-20	Var. 20-21
Remunerações, Subs. Férias e Natal e Sub. Alimentação	907.948,85	885.857,65	**950.450,87**	**77,63%**	**-2%**	**7%**
Horas extra	1.527,96	85,68	**171,36**	**0,01%**	**-94%**	**100%**
Senhas de Presença	14.674,92	10.846,68	**10.846,68**	**0,89%**	**-26%**	**0%**
Encargos patronais, Seguros AT e de Saúde e Higiene e Segurança trabalho	241.288,87	236.509,87	**244.240,55**	**19,95%**	**-2%**	**3%**
Ajudas Custo	155.185,64	24.694,44	**12.410,42**	**1,01%**	**-84%**	**-50%**
Formação, Créditos de formação e outros, compensações e outras	15.230,65	12.721,14	**6.172,66**	**0,50%**	**-16%**	**-51%**
TOTAL	**1.335.856,89**	**1.170.715,46**	**1.224.292,54**	**100,00%**	**-12%**	**5%**

Os gastos com remunerações sofreram um acréscimo de 7%, face à necessidade de reforçar a equipa para os projetos de cadastro.

A rubrica de horas extra representa apenas 0,01% do peso das remunerações e fica-se exclusivamente a dever à necessidade de realizar coberturas aéreas ao fim de semana.

As senhas de presença não sofreram alteração, igualando o valor do ano transato.

Os encargos patronais, seguros e higiene e segurança no trabalho subiram 3%, tendo em conta a contratação de pessoal já referida.

Assinala-se o decréscimo acentuado do valor suportado de ajudas de custo, tendo em consideração o fim dos projetos fora de Portugal.

Também na rubrica de formação, assistiu-se a um decréscimo do investimento nesta área, já que muitas das formações passaram a ser on-line, o que originou um decréscimo nesta rubrica de custos.

Município © 2019

Em termos globais, registámos um acréscimo de 5% em linha com a necessidade de reforçar a equipa para os novos projetos em curso.

Município © 2019

2.5. Evolução Económico-Financeira

O relato financeiro que se segue, visa explanar as tendências do desempenho financeiro da Município, tendo em conta valores comparáveis dos últimos exercícios.

Apesar deste relato se basear em valores históricos, o que permite verificar a progressão/desempenho da sociedade nos últimos anos, também permitirá perspetivar o futuro da Município, através de Indicadores que medem a performance da empresa.

Em seguida, resumem-se as principais rubricas do desempenho económico da Município nomeadamente, através da análise da Demonstração de Resultados, Total de Ganhos e Gastos, dos Resultados Operacionais, dos Resultados Financeiros, dos Resultados Antes de Impostos e dos Resultados Líquidos, dos Indicadores de Atividade, de Gestão, de Tesouraria, de Equilíbrio Financeiro e dos Indicadores Legais, ao longo dos últimos três exercícios.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS SÍNTESE

No quadro seguinte, pretende-se evidenciar a evolução dos Ganhos e Gastos registados no último triénio, bem como a sua variação nesse período.

	2019	2020	Var.% (19-20)	2021	Var.% (20-21)
Ganhos Operacionais					
Serviços Prestados (Volume de Negócios)	4.339.529	1.702.183	-61%	**2.577.874**	51%
Subsídios à Exploração /Trabalhos para própria entidade	88.423	151.774	72%	**179.847**	18%
Reversões de Imparidades	0	0	0%	**24.126**	100%
Outros Rendimentos ou Ganhos	152.744	158.650	4%	**444.165**	180%
Total dos Ganhos Operacionais	**4.580.696**	**2.012.607**	**-56%**	**3.226.011**	**60%**
Gastos Operacionais					
Fornec. e Serviços Externos	2.452.621	1.255.506	-49%	**1.569.732**	25%
Gastos com Pessoal	1.335.857	1.170.715	-12%	**1.224.293**	5%
Imparidade de dívidas a receber	11.250	14.864	32%	**0**	-100%
Outros gastos e perdas	111.580	57.253	-49%	**82.298**	44%
Gastos/reversões de depreciações / Provisões	438.523	354.757	-19%	**180.744**	-49%
Total dos Gastos Operacionais	**4.349.830**	**2.853.096**	**-34%**	**3.057.066**	**7%**
Resultados Operacionais	**230.867**	**-840.489**	**-464%**	**168.945**	**120%**
Ganhos Financeiros					
Juros e rendimentos similares obtidos	704	264	-62%	**6.736**	2.449%
Gastos Financeiros					
Juros e gastos similares suportados	136.419	624.996	358%	**117.353**	-81%
Resultados Financeiros	**-135.715**	**-624.732**	**-360%**	**-110.617**	**82%**
Resultados Antes de Imposto	**95.152**	**-1.465.221**	**-1.640%**	**58.328**	**104%**
Impostos	**198.799**	**130.897**	**-34%**	**22.446**	**-83%**
Resultado Líquido	**-103.647**	**-1.596.118**	**-1.440%**	**35.882**	**102%**

Unidade: Euros

A Município, registou um incremento de 51%, do seu volume de negócios, face ao ano transato, o que é revelador da recuperação verificada nas vendas e na execução de serviços, que no ano anterior foi fortemente condicionada pela pandemia.

Assistimos ao longo do ano a um incremento do número de adjudicações, que resultaram em projetos muito diversificados, o que só foi possível face ao know-how acumulado de mais de duas décadas.

Contudo, mantêm-se o problema estrutural das entidades públicas, em que optam invariavelmente, pela definição do critério de adjudicação de monofator, com a utilização do mais baixo preço, quando deveriam na defesa dos seus interesses, nas suas compras de cariz técnico, privilegiar a classificação das propostas por critérios técnicos e de capacidade. Não o fazendo, estão a abrir portas às prestadoras de serviços, que não vão entregar os trabalhos completos ou que não vão cumprir os requisitos do caderno de encargos, acabando esses contratos em contencioso. Há empresas, neste setor, que não conseguindo por incapacidade cumprir os contratos, já investem mais em escritórios de advogados, do que no *"core"* da sua atividade.

Nos **subsídios à exploração/trabalhos para a própria empresa**, os valores registados tiveram origem num projeto que foi alvo de candidatura e apreciado favoravelmente pelo Instituto Português do Turismo, em período pré-covid e que do valor global de 376.800 euros já conseguimos concretizar 179.847 euros.

A rubrica de **outros rendimentos e ganhos** são essencialmente provenientes de arrendamento residual de uma área do escritório na sede e de diferenças de câmbio favoráveis.

A rubrica de **ganhos operacionais** alcançou os **3.226.011 euros**, o que representa um incremento de 60% face ao ano de 2020. Esta melhoria, deve-se essencialmente, à variação positiva de 51% no volume de negócios e às diferenças de câmbio positivas, registadas em 2021.

Os gastos com a rubrica de **fornecimentos e serviços externos** registaram um incremento de 25% face ao ano transato. Contudo, atendendo a que a prestação de serviços aumentou 51% face ao ano anterior, verifica-se que o aumento do volume dos serviços prestados, não se ficou a dever à subcontratação, mas sim a uma maior eficácia dos recursos internos.

Se analisarmos os **gastos operacionais**, começando pela rubrica de fornecimentos e serviços externos, verifica-se que subiu 26% fruto do incremento da atividade da sociedade, face ao ano anterior.

Os **gastos com o pessoal**, subiram 5%, ficando esta variação a dever-se à contratação de 12 funcionários para permitir a execução atempada de projetos ganhos no final do ano de 2021.

No presente exercício, não se registaram **imparidades**, o mesmo quer dizer que o risco de incobrabilidade de serviços a clientes, não existiu.

Quanto à rubrica de **outros gastos e perdas**, apresentou um valor em linha com a média dos últimos 3 anos, valor que em termos absolutos representa 82.298 euros e que, no essencial, se fica a dever a correções de exercícios anteriores e a impostos indiretos.

As **amortizações e provisões**, registaram uma diminuição de 49%, tendo em consideração a normal descida na rubrica de amortizações de investimentos realizados em anos transatos, mas sobretudo justificado pelo não registo de provisões.

Os **Resultados Operacionais** registaram um incremento substancial, atingindo 168.945 euros, tendo contribuído para este desempenho, o incremento dos proveitos operacionais em 60%, enquanto os gastos operacionais subiram apenas 7%.

Os **Resultados Financeiros** foram melhores do que nos anos transatos, registando um valor negativo de 110.617 euros, ou seja, 6 vezes menos do que no ano anterior, tendo em conta que não se registaram diferenças cambiais desfavoráveis significativas.

Os **Resultados Antes de Impostos** foram positivos, contribuindo para que os acionistas não tenham obrigações de reequilibrar os resultados. Refira-se que o ano passado foi atípico, como comprova os registos do RAI, desde 2014.

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
RAI *	57.270	60.270	22.114	27.363	139.256	95.152	-1.465.221	58.328

* Lei 50/2012

Unidade: Euro

Quanto ao **Resultado Líquido**, que é apurado sobre o Resultado Antes de Impostos, aplicando-se os impostos previstos na lei, verifica-se que em 2021 foi de 35.882 euros positivos.

Município © 2019

INDICADORES DE ATIVIDADE

ATIVIDADE	2019	2020	2021	Var 19-20	Var 20-21
Volume de Negócios	4.339.529	**1.702.183**	**2.577.874**	-61%	51%
Rentabilidade das Vendas	-2,39%	**-93,77%**	**1,39%**	-3.826%	101%
EBIT (Resultado Operacional)	230.867	**-840.489**	**168.945**	-464%	120%
Resultado Líquido	-103.647	**-1.596.118**	**35.882**	-1.440%	102%
Cash Flow Líquido	334.876	**-1.241.361**	**216.626**	-471%	117%

Unidade: Euro

INDICADORES DE GESTÃO

GESTÃO	2019	2020	2021	Var 19-20	Var 20-21
Volume de Negócios por Trabalhador - euros	114.198	48.634	**56.041**	-57%	15%
Prazo Médio de Pagamentos (PMP) - dias	183	352	**152**	-92%	57%
Prazo Médio de Recebimentos (PMP) - dias	162	461	**389**	-185%	16%

Unidade: Euro

Volume de Negócios por Trabalhador (VN/Nº Pessoas) – sofreu um acréscimo de 15%. O número de funcionários a 31 de dezembro era de 46 (crescimento de 35% face ao ano transacto) e o volume de negócios cresceu 51%. Cada funcionário gerou teoricamente 56.041 euros de volume de negócios.

Municipia © 2019

Prazo Médio de Pagamento (PMP) – o número de dias que em média a Município leva a satisfazer os seus compromissos, junto dos fornecedores, é agora de 152 dias, tendo melhorado consideravelmente face ao ano anterior.

Prazo Médio de Recebimento (PMR) – Houve uma melhoria do número de dias médio de recebimento, o que originou que a Município receba em média a 389 dias, mesmo apesar do atraso do recebimento do cliente em Moçambique, o que leva a um desequilíbrio constante de tesouraria ao longo de todo o ano.

INDICADORES DE TESOURARIA

Liquidez Geral (AC/PC) – Verificou-se uma estabilização deste rácio, face ao ano anterior, tendo em conta que no ano transato foi registado no ativo de curto prazo os créditos sobre os acionistas, que não se verificaram em 2021, contudo registou-se um aumento dos créditos sobre os clientes, que compensaram parcialmente esse fluxo. No lado do passivo de curto prazo, verificou-se igualmente uma diminuição, derivado essencialmente da diminuição de financiamento na banca e de fornecedores, o que permitiu alcançar o rácio de liquidez geral no valor de 1,18.

Tesouraria	2019	2020	2021	Var 19-20	Var 20-21
Liquidez Geral	0,96	1,24	**1,18**	29%	-5%

INDICADORES DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO

Equilíbrio Financeiro	2019	2020	2021	Var 19-20	Var 20-21
Autonomia Financeira	51,60%	44,40%	**46,20%**	-14,0%	4,1%
Solvabilidade	1,20	0,87	**0,89**	-27,5%	2,3%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	-3,23%	-50,45%	**1,10%**	-1.461,3%	102,2%

Autonomia Financeira (CP/AT) – Há sinais de recuperação face ao ano anterior, assistindo-se a uma recuperação de 4%, face ao registado no ano transato. Esta recuperação, assenta essencialmente na correlação entre um incremento do Capital Próprio de 3%, enquanto o Total do Ativo diminuiu, face a 2020, cerca de 1%. A manter-se esta evolução, em anos futuros, a sociedade irá recuperando o seu grau de independência perante os financiadores.

Solvabilidade (CP/ (Passivo Total-Proveitos Diferidos)) – Também no indicador da Solvabilidade se registou uma ligeira recuperação, face ao ano anterior, verificando-se um incremento da capacidade da sociedade em solver os seus compromissos em 2%. Para esta melhoria, contribuiu a manutenção do valor do passivo total, enquanto o capital próprio subiu 3%, como vimos no indicador anterior.

Rentabilidade dos Capitais Próprios (RL/CP) – A rentabilidade dos capitais próprios, passou a ser positiva em 2021, tendo em conta os resultados positivos alcançados pela sociedade. Apesar do valor modesto de 1%, revela uma recuperação substancial ao exercício anterior, que foi manifestamente atípico.

INDICADORES LEGAIS

A Sociedade apresenta Resultados Antes de Impostos positivos, aliás verifica-se uma cronologia muito positiva, se analisarmos os últimos 8 anos, em que somente em 2020, em plena época de pandemia, a sociedade não conseguiu gerar Resultados Antes de Impostos positivos.

Com efeito, este desempenho à luz da Lei 50/2012, permitiu que a sociedade apenas num dos 8 anos penalizasse os seus acionistas, ao mesmo tempo que foi possível manter os postos de trabalho, procurar novos projetos capazes de manter os investimentos tecnológicos de que esta sociedade depende para se manter líder neste mercado. O nosso mercado de atuação é bastante vasto e flexível, atuando desde a fotografia aérea, desenvolvimento aplicacional, estudos, consultadoria, serviços de geolocalização e georreferenciação, cadastro predial, cadastro de infraestruturas e o desenvolvimento de serviços de interesse público.

LEGAIS	Lei 50/2012							
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Regra do Equilíbrio de Contas	57.270	60.270	22.114	27.363	139.256	95.152	-1.465.221	58.328

Unidade: Euro

Do exercício económico de 2021, **não resultará qualquer necessidade de reequilíbrio financeiro** já que a sociedade, mais uma vez, cumpriu o nº 1 do artigo 40º da Lei 50/2012, tendo por base os **Resultados Antes de Impostos no valor de 58.328 euros**.

Em seguida, apresentamos a relação dos atuais acionistas, com referência a 31.12.2021, bem como a situação de transferências em dívida em conformidade com a Lei 53-F/2006 de 29 de dezembro e com a atual Lei 50/2012 de 31 de agosto.
Refira-se ainda a aquisição residual de ações próprias, todas a um cêntimo por ação, representando o total de 4,22%, que se distribuem da seguinte forma, nos anos transatos:

- Município de Abrantes (maio de 2013);
- Município de Vila de Rei (julho de 2014);
- Município de Ferreira do Zêzere (novembro de 2014);
- Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (dezembro de 2014);
- Município de Oliveira de Frades (janeiro de 2015);
- Município de Alvaiázere (dezembro de 2015);
- Município de Silves (março de 2016);
- Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (abril de 2016);
- Município de Tavira (junho de 2016);
- Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (dezembro de 2016);
- Município de Sever do Vouga (janeiro de 2017).

ACIONISTAS	Número de ações	Valor da particip. €	% da part. inicial	% da part. atual	Consolidação Financeira			
					2008 a 2010	2013	2015	2020
Mun. de Oeiras	367.840	1.835.521,60	56,71%	59,22%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Vila Nova de Gaia	31.002	154.699,98	4,78%	4,99%	0,00	2.199,04	0,00	0,00
Mun. de Maia	30.100	150.199,00	4,64%	4,85%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. da Figueira da Foz	15.000	74.850,00	2,31%	2,41%	33.315,76	28.602,22	-595,76	35.384,01
Mun. de Mafra	15.000	74.850,00	2,31%	2,41%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Sesimbra	15.000	74.850,00	2,31%	2,41%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Viseu	14.000	69.860,00	2,16%	2,25%	0,00	0,00	0,00	33.025,08
Com. Intermun. da Lezíria do Tejo	10.995	54.865,05	1,70%	1,77%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Portimão	5.010	24.999,90	0,77%	0,81%	0,00	0,00	0,00	0,00
Assoc. Mun. Reg. Autónoma Açores	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	11.105,25	9.534,07	-198,59	11.794,67
Assoc. para o Des. do Baixo Guadiana	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	9.613,97	9.534,07	-198,59	11.794,67
Mun. de Ansião	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	11.105,25	9.534,07	-198,59	11.794,67
Mun. de Bragança	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	11.105,25	9.534,07	-198,59	11.794,67
Mun. do Carregal do Sal	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Castelo Branco	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. da Covilhã	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	11.105,25	9.534,07	-198,59	11.794,67
Mun. de Ílhavo	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	11.105,25	9.534,07	-198,59	11.794,67
Mun. de Lagoa	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	11.794,67
Mun. de Leiria	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	11.794,67
Mun. de Loulé	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Monchique	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	11.105,25	9.534,07	-198,59	11.794,67
Mun. de Paços de Ferreira	5.000	24.950,00	0,77%	0.80%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. da Sertã	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	11.794,67
Mun. de Vale de Cambra	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00

Município © 2019

ACIONISTAS	Número de ações	Valor da particip. €	% da part. inicial	% da part. atual	Consolidação Financeira			
					2008 a 2010	2013	2015	2020
Mun. de Vila do Conde	5.000	24.950,00	0,77%	0,80%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Boticas	1.998	9.970,02	0,31%	0,32%	0,00	0,00	0,00	4.713,15
Assoc. de Mun. do Vale do Douro Norte	1.202	5.997,98	0,19%	0,19%	2.669,70	2.291,99	-47,74	2.835,44
Mun. de Albergaria-a-Velha	1.004	5.009,96	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2.368,37
Mun. de Ponte da Barca	1.004	5.009,96	0,15%	0,16%	2.229,94	1.914,44	-39,88	2.368,37
Assoc. de Mun. do Douro Superior	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	1.000,40	0,00	-39,80	2.363,65
Assoc. de Mun. PEFICA	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	0,00	1.910,63	-39,80	2.363,65
Mun. do Fundão	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Sintra	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Com. Intermun. Alentejo Central	1.000	4.990,00	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de São João da Madeira	1.000	4.990,00	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Aguiar Beira	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	1.904,91	-39,68	2.356,58
Mun. de Arganil	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Barcelos	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Cabeceiras de Basto	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Góis	999	4.985,01	0,15%	0,16%	2.218,84	1.904,91	-39,68	2.356,58
Mun. de Gouveia	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. da Guarda	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2.356,58
Mun. de Idanha-a-Nova	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2.356,58
Mun. de Lamego	999	4.985,01	0,15%	0,16%	2.218,84	1.904,91	-39,68	2.356,58
Mun. de Mangualde	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Mourão	999	4.985,01	0,15%	0,16%	2.218,84	1.904,91	-39,68	2.356,58
Mun. de Olhão	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Oliveira do Hospital	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2.356,58
Mun. de Paredes	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Penacova	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Penamacor	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2.356,58
Mun. de Ponta Delgada	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Portalegre	999	4.985,01	0,15%	0,16%	2.218,84	1.904,91	-39,68	2.356,57
Mun. de Santa Marta Penaguião	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00

ACIONISTAS	Número de ações	Valor da particip. €	% da part. inicial	% da part. atual	Consolidação Financeira			
					2008 a 2010	2013	2015	2020
Mun. de Santiago do Cacém	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2.356,57
Mun. de São Pedro do Sul	999	4.985,01	0,15%	0,16%	2.218,84	1.904,91	-39,68	2.356,57
Mun. de Sernancelhe	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Sines	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Trofa	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Vieira do Minho	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Mun. de Vila Nova de Poiares	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00
Ações Próprias	27.496	137.205,04	4,22%	N/A	0,00	1.904,91	0,00	0,00
TOTAL	**648.633**	**3.236.678,67**	**100%**	**100%**	**126.555,47**	**116.991,18**	**-2391.19**	**229.290,77**

Síntese	2008 a 2010	2013	2015	2020	Total
Valores Liquidados	1.314.091	1.119.832	-22.795	1.235.930	**3.647.058**
Valores em Dívida	**126.555**	**116.991**	**-2.391**	**229.291**	**470.446**
Total	1.440.646	1.236.823	-25.186	1.465.221	**4.117.504**

2.6. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração, propõe que o resultado apurado no exercício de 2021, no valor de 35.881,94 euros, seja 5% destinado a Reservas Legais (1.794,10 euros), transferindo-se o remanescente de 34.087,84 euros para a conta de "Resultados Transitados", em conformidade com o código das sociedades comerciais.

NOTAS FINAIS

Uma nota de apreço aos membros dos restantes órgãos sociais, Dr. Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos, como Presidente da Mesa da Assembleia Geral, e o senhor Dr. Santos Silva, como Fiscal Único, pela disponibilidade e colaboração prestadas.
Finalmente, o registo do reconhecimento aos acionistas pela sua disponibilidade e contributo, bem como o agradecimento a todos os colaboradores pelo empenho evidenciado no progresso da Municípia, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A..

Oeiras, 23 de fevereiro de 2022

O Conselho de Administração,

Fernando do Nascimento Trigo – *Presidente*

Rui Manoel da Graça Coias – *Administrador*

João Pedro Brito da Silva – *Administrador*

Município®

Contas do Exercício

3 | Contas do exercício

- Balanço
- Demonstração de Resultados por Naturezas
- Demonstração de Resultados por Funções
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio
- Demonstração de Fluxos de Caixa

Município © 2019

Entidade:
MUNICÍPIA,S.A.
BALANÇO

Período findo em 31/12/2021

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	7/10	1.528.089,78	1.701.344,38
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Goodwill		0,00	0,00
Ativos intangíveis	6/10	631.792,80	154.295,08
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		0,00	0,00
Outros Investimentos Financeiros (Participações financeiras - outros métodos)		0,00	0,00
Outros Investimentos Financeiros (Acionistas/sócios)		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		10.167,94	8.540,89
Ativos por impostos diferidos		0,00	4.266,43
		2.170.050,52	**1.868.446,78**
Ativo corrente:			
Inventários		0,00	0,00
Ativos biológicos		0,00	0,00
Clientes		2.750.217,93	2.147.643,53
Estado e outros entes públicos		4.395,72	9.843,38
Capital subscrito e não realizado (Acionistas/sócios)		0,00	0,00
Outros créditos a receber (Adiantamentos a fornecedores)		60,00	100.517,51
Outros créditos a receber (Outras contas a receber)	16	1.947.245,65	2.943.444,90
Diferimentos		80.661,13	55.732,18
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	122.257,60	4.871,35
		4.904.838,03	**5.262.052,85**
Total do ativo		**7.074.888,55**	**7.130.499,63**

Entidade:
MUNICÍPIA,S.A.
BALANÇO Período findo em 31/12/2021
Contas Individuais Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2021	31/12/2020
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital próprio:			
Capital Subscrito (Capital)		3.236.678,67	3.236.678,67
Ações (quotas) próprias		-264,98	-264,98
Outros instrumentos de capital próprio		1.465.221,29	1.465.221,29
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais		52.440,60	52.440,60
Outras reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		-1.677.671,68	-81.553,33
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00
Outras variações no capital próprio		156.205,12	87.090,00
Resultado líquido do período		**35.881,94**	**-1.596.118,35**
		0,00	0,00
Total do capital próprio		**3.268.490,96**	**3.163.493,90**
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões	14	154.287,26	154.287,26
Financiamentos obtidos	9	453.050,99	90.660,94
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos	15	137.805,10	137.805,10
Outras dividas a pagar (Outras contas a pagar)		0,00	0,00
		745.143,35	**382.753,30**
Passivo corrente:			
Fornecedores		653.694,34	1.209.186,04
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		109.548,52	206.104,73
Financiamentos obtidos	8/9	717.306,89	1.036.006,16
Outras dividas a pagar (Acionistas/sócios)		0,00	0,00
Outras dividas a pagar (Outras contas a pagar)	16	1.441.586,35	809.391,49
Diferimentos		139.118,14	323.564,01
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Passivos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
		3.061.254,24	**3.584.252,43**
Total do passivo		**3.806.397,59**	**3.967.005,73**
Total do capital próprio e do passivo		**7.074.888,55**	**7.130.499,63**

Entidade:

MUNICÍPIA,S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31/12/2021

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS			DATAS	
			31/12/2021	31/12/2020
Vendas e serviços prestados	+	12	2.577.873,59	1.702.183,12
Subsídios à exploração	+		0,00	0,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	+/-		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção	+/-		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	+		179.846,74	151.773,67
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	-		-1.569.731,96	-1.255.505,79
Gastos com o pessoal	-	5.2	-1.224.292,54	-1.170.715,46
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-/+		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	11	24.125,79	-14.864,17
Provisões (aumentos/reduções)	-/+		0,00	-147.397,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	+/-		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	+		444.164,76	158.650,00
Outros gastos e perdas	-		-82.297,76	-57.253,32
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		**349.688,62**	**-633.128,95**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	6/7/10	-180.743,77	-207.360,44
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		**168.944,85**	**-840.489,39**
Juros e rendimentos similares obtidos	+		6.736,22	264,31
Juros e gastos similares suportados	-	9	-117.352,79	-624.996,21
Resultado antes de impostos	=		**58.328,28**	**-1.465.221,29**
Imposto sobre o rendimento do período	-/+	15	-22.446,34	-130.897,06
Resultado líquido do período	=		**35.881,94**	**-1.596.118,35**

Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			0,00	0,00

			0,00	0,00
			0,00	0,00
	=		**0,00**	**0,00**
Resultado por ação básico			0,06	-2,46

Entidade:

MUNICÍPIA,S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Período findo em 31/12/2021

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS		NOTAS	DATAS	
			31/12/2021	31/12/2020
Vendas e serviços prestados	+	12	2.577.873,59	1.702.183,12
Custo das vendas e dos serviços prestados	-		-2.681.141,58	-2.329.405,75
Resultado bruto	=		**-103.267,99**	**-627.222,63**
Outros rendimentos	+		648.137,29	310.423,67
Gastos de distribuição	-		-16.915,16	-30.989,29
Gastos administrativos	-		-276.711,53	-273.186,65
Gastos de investigação e desenvolvimento	-		0,00	0,00
Outros gastos	-		-82.297,76	-219.514,49
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		**168.944,85**	**-840.489,39**
Gastos de financiamento (líquidos)	-	9	-110.616,57	-624.731,90
Resultados antes de impostos	=		**58.328,28**	**-1.465.221,29**
Imposto sobre o rendimento do período	-/+	15	-22.446,34	-130.897,06
Resultado líquido do período	=		**35.881,94**	**-1.596.118,35**

Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		0,00	0,00

			0,00	0,00
			0,00	0,00
	=		**0,00**	**0,00**

Entidade: **MUNICÍPIA,S.A.**

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N-1: **2020**

Período findo em 31/12/2021

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

DESCRIÇÃO	POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N-1	ALTERAÇÕES NO PERÍODO	Primeira aplicação de novo referencial contabilístico	Alterações de políticas contabilísticas	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis, respetivamente	Ajustamentos por impostos diferidos	Outras alterações reconhecidas no capital próprio	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	RESULTADO INTEGRAL	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	Realizações de capital	Realizações de prémios de emissão	Distribuições	Fundos para cobertura de perdas	Outras operações	POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N-1
Total do Capital Próprio	3.207.300,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.596.118,35	-1.596.118,35	0,00	0,00	0,00	0,00	1.465.221,29	87.090,00	3.163.493,90
Capital; Proporção atribuída aos detentores de capital:																		
Capital realizado	3.236.678,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-264,98	-264,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.236.678,67
Ações (quotas) próprias	-264,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-264,98
Outros instru. de CP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.465.221,29	0,00	1.465.221,29
Prémios de emissão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas legais	52.440,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.440,60
Outras reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	22.003,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-103.647,02	0,00	-103.647,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-81.553,33
Ajust. em ativos financeir.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedent. reavaliação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações no CP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87.090,00	87.090,00
Result. líquido período	-103.647,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	103.647,02	-1.596.118,35	-1.492.471,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.596.118,35
Total	3.207.300,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.596.118,35	-1.596.118,35	0,00	0,00	0,00	0,00	1.465.221,29	87.090,00	3.163.493,90

Entidade: **MUNICÍPIA,S.A.**

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N: **2021**

Período findo em 31/12/2021

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	ALTERAÇÕES NO PERÍODO																				POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N
			Primeira aplicação de novo referencial contabilístico	Alterações de política contabilística	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	Realização do excedente de reavaliação de ativos fixos tangíveis e intangíveis	Excedentes de reavaliação de ativos fixos tangíveis e intangíveis respet.vantag.	Ajustamentos por impostos diferidos	Outras alterações reconhecidas no capital próprio		RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	RESULTADO INTEGRAL	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	Realizações de capital	Realizações de prémios de emissão	Distribuições	Entradas para cobertura de perdas	Outras operações				
Total do Capital Próprio		3.163.493,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.881,94	35.881,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.115,12	69.115,12	0,00	0,00	3.268.490,96
Capital Próprio atribuído aos detentores de capital:																							
Capital realizado		3.163.493,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.881,94	35.881,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.115,12	69.115,12	0,00	0,00	3.268.490,96
Ações (quotas) próprias		-1.596.318,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.596.318,35	1.596.318,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.596.318,35	-1.596.318,35	0,00	0,00	-1.596.318,35
Outros instrum. de CP		87.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.115,12	69.115,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.115,12	69.115,12	0,00	0,00	156.165,12
Prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas legais		52.440,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.440,60
Outras reservas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados		-81.553,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-81.553,33
Ajust. em ativos financeir.		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedent. revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajust. em ativos fixos		87.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87.050,00
Outra variações no CP		-1.596.318,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.596.318,35	1.596.318,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.596.318,35	-1.596.318,35	0,00	0,00	-1.596.318,35
Result. líquido período		35.881,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.881,94	35.881,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.881,94
Total		3.163.493,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.881,94	35.881,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.115,12	69.115,12	0,00	0,00	3.268.490,96

Município © 2019

Entidade:

MUNICÍPIA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31/12/2021

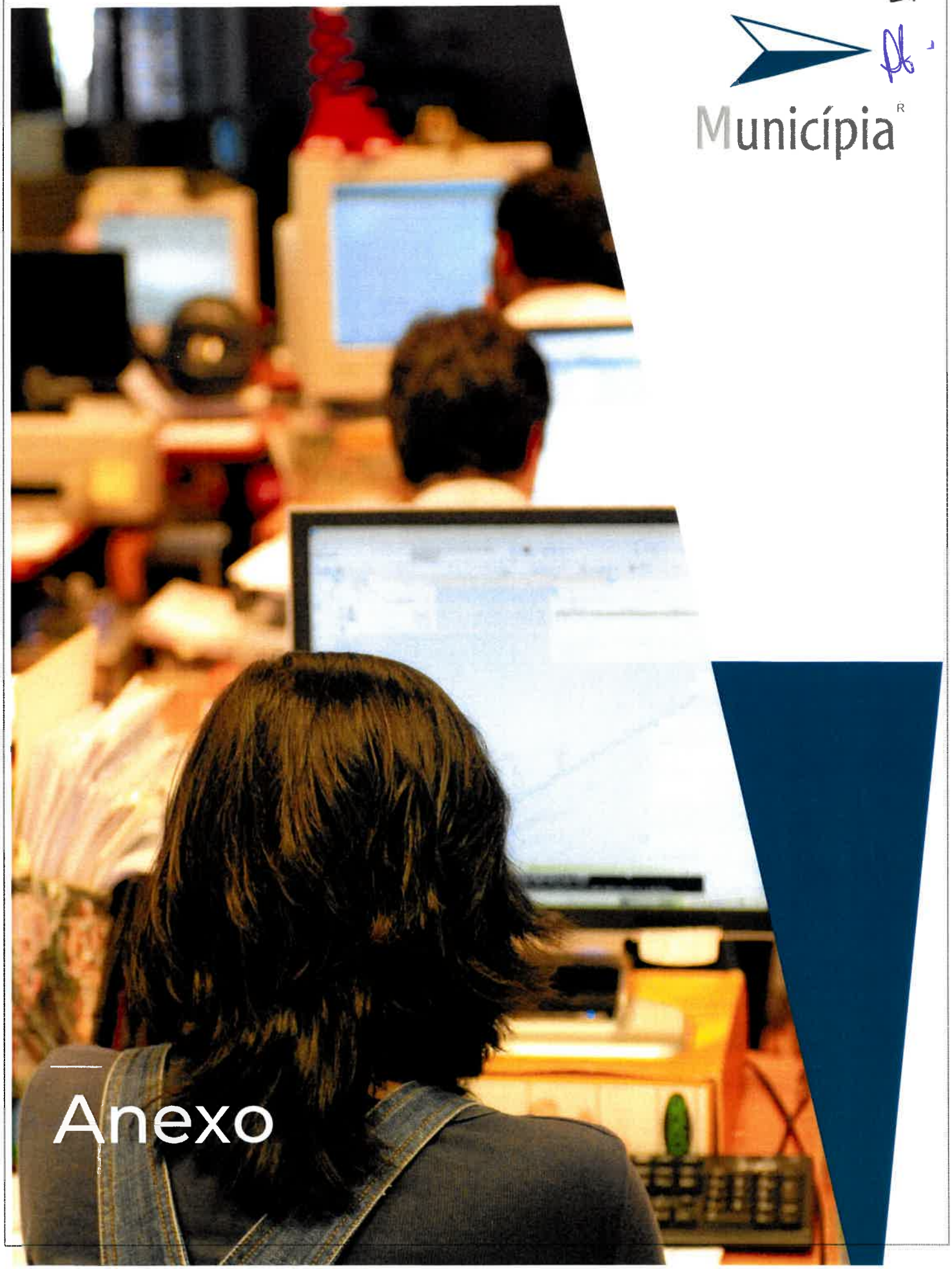
Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS		NOTAS	DATAS	
			31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo				
Recebimentos de clientes	+		2.688.571,21	2.767.443,11
Pagamentos a fornecedores	-		-2.273.883,21	-1.551.299,08
Pagamentos ao pessoal	-		-833.829,84	-777.722,11
Caixa gerada pelas operações	+/-		**-419.141,84**	**438.421,92**
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+		-18.955,21	-31.351,02
Outros recebimentos/pagamentos	+/-		-374.420,64	-541.374,75
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	+/-		**-812.517,69**	**-134.303,85**
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis	-		-1.174,50	-43.546,32
Ativos intangíveis	-		-304.876,56	0,00
Investimentos financeiros	-		0,00	0,00
Outros ativos	-		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis	+		4.879,37	5.210,00
Ativos intangíveis	+		0,00	0,00
Investimentos financeiros	+		0,00	0,00
Outros ativos	+		0,00	0,00
Subsídios ao investimento	+		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	+		6.736,22	264,31
Dividendos	+		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	+/-		**-294.435,47**	**-38.072,01**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos	+		1.024.734,59	317.097,66
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+		1.239.660,98	0,00
Cobertura de prejuízos	+		0,00	0,00
Doações	+		0,00	0,00
Outras operações de Financiamento	+		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	-		-981.043,81	-151.880,98
Juros e gastos similares	-		-59.012,35	-16.505,40
Dividendos	-		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-		0,00	0,00
Outras operações de financiamento	-		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	+/-		**1.224.339,41**	**148.711,28**
			0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	+/-		**117.386,25**	**-23.664,58**
Efeito das diferenças de câmbio	+/-		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	...	4	4.871,35	28.535,93
Caixa e seus equivalentes no fim do período	...	4	122.257,60	4.871,35

Município © 2019

Municípia®



Anexo

4 |Anexo às Demonstrações Financeiras para o período em 31 de dezembro 2021

1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A Municípia – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A. é uma Empresa Municipal, Sociedade Anónima, enquadrada no setor empresarial local, com sede no Taguspark, na Avenida Professor Cavaco Silva, Edifício Ciência II, nº 11 – 3º B – 2740-120 Porto Salvo, regulada pela Lei 50/2012 de 31 de agosto.

A sociedade tem por objeto a produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; a conceção e gestão de sistemas de informação geográfica; a produção e comercialização de dados; o desenvolvimento e gestão de projetos de Internet e Intranet; a conceção, edição e comercialização de publicação nas áreas da sua atividade social; consultoria em sistemas de informação geográfica e, em geral, de sistemas de informação, Trabalho aéreo, Formação nas áreas da sua atividade social (formação profissional), Prestação de serviços energéticos, nomeadamente de consultadoria, auditoria, inspeção, certificação, racionalização energética e gestão de eficiência energética, Soluções ambientais, Comercialização de sistemas e equipamentos, serviços de gestão e planeamento da sua manutenção, Organização, gestão e prestação de serviços relacionados com sistemas de compras públicas, centrais de compras públicas e compras em grupo. Em qualquer dos casos com vista à promoção do desenvolvimento local e regional em cumprimento das atribuições das autarquias titulares de função acionista.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a legislação em vigor, entre elas, o Sistema de Normalização Contabilística (aprovado pelo Decreto-Lei 158/2009 de 13 de julho), a Estrutura Concetual do IASB constante do anexo 5 do regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, publicado pela Comissão Europeia em novembro de 2003, com base nos Modelos de Demonstrações Financeiras, nas Normas Interpretativas, nas NCRF quando aplicável ou omisso. As Demonstrações Financeiras foram ainda preparadas na base da continuidade das operações, em conformidade com princípios de prudência, especialização do período, consistência e substância sobre a forma.

3 – Principais políticas contabilísticas

3.1. -As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação, com relevância para as seguintes:
a) De acordo com os pressupostos da continuidade das operações e do regime do acréscimo (periodização económica das transações);
b) De acordo com as características qualitativas das informações financeiras, designadamente quanto aos princípios da prudência, substância sob a forma, da materialidade e comparabilidade.

3.2. - Sobre os métodos e critérios de mensuração relevam-se os seguintes:
a) Os ativos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição, que inclui o preço de compra acrescido das despesas diretas suportadas e necessárias até à sua entrada em funcionamento, deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais imparidades existentes;
b) Os ativos intangíveis adquiridos estão valorizados ao custo de aquisição em termos semelhantes aos ativos tangíveis;
c) No cálculo da depreciação dos ativos tangíveis e intangíveis, é considerado um período de vida útil fixo definido de acordo com os critérios fiscais, sendo que o mesmo se adequa à depreciação real dos bens;
d) No custeio dos serviços prestados é utilizado o custo de produção, que compreende os gastos de aquisição de materiais e serviços utilizados, acrescidos dos gastos de transformação calculados com gastos/hora teóricos;
e) Na valorimetria, para efeitos do reconhecimento dos ganhos e gastos das obras em curso, utilizou-se o critério do grau de acabamento, tendo resultado da sua aplicação o reconhecimento no balanço dos seguintes ativos e passivos:
Na conta 281- Gastos diferidos, o valor de 80.661,13 euros, essencialmente relativo a projetos a realizar e seguros a considerar em anos seguintes.
Na conta 282 - Ganhos diferidos, o valor de 139.118,14 euros, essencialmente relativo a projetos faturados e ainda não realizados.
Na conta 2721 - Devedores por acréscimos, constante do balanço em outras contas a receber, o valor de 374.368,13 euros, relativos a ganhos com projetos realizados e não faturados.
Na conta 2722 - Credores por acréscimos de gastos, incluído no balanço na rubrica Outras contas a pagar, o valor de 1.389.159,82 euros, essencialmente relativos a projetos provenientes de Moçambique, a remunerações e taxas de saneamento a liquidar;
f) Os valores em moeda estrangeira são contabilizados ao câmbio da data de aquisição e, quando aplicável, revalorizados ao câmbio corrente da data do balanço;

Municípia © 2019

g) Os ativos relativos à cobertura pelos acionistas dos prejuízos reconhecidos no período de 2008 a 2010, estão calculados de acordo com as regras do equilíbrio financeiro constantes do art.º 31º da lei 53-F/2006, enquanto que a cobertura de acionistas em 2013 e 2020, foi determinada em conformidade com número 2 do artigo 40º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto. No presente exercício e em conformidade com a legislação, constante na Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, os resultados anuais previstos no seu número 1 do artigo 40º estão equilibrados, em virtude do Resultado Antes de Impostos se apresentar positivo;
h) As imparidades de dívidas a receber, reportam-se a perdas estimadas na cobrança de clientes e estão fundamentadas com base na mora dos créditos e no conhecimento na situação financeira dos mesmos;
i) O valor das imparidades em dívidas a receber, foi calculado essencialmente segundo os critérios fiscais, os quais, sempre que justificável, são complementados pela aplicação de critérios da avaliação dos riscos de cobrança na ótica de gestão, não existindo indícios que sejam necessários mais ajustamentos para além dos divulgados.

4 – Fluxos de caixa - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Rubrica	Montante em euros
Caixa	567,43
Depósitos Bancários imediatamente mobilizáveis	121.690,17
Aplicações de Tesouraria	0,00
Total	**122.257,60**

Unidade: Euros

5 – Partes relacionadas:

5.1 – Relacionamentos com empresas-mãe

A Municípia é detida diretamente em 59,22%, pela Câmara Municipal de Oeiras.

5.2 – Remunerações do pessoal chave da gestão

As senhas de presença, as despesas de representação, as remunerações da Administração e a remuneração do Diretor Geral, totalizam 119.371,24 euros.

Relativamente ao Fiscal Único o montante auferido foi de 8.400 euros.

5.3. – Transações entre partes relacionadas

Parte Relacionada	Natureza do Relacionamento	Valor das Transações	Saldos Pendentes a 31.12.2021	Nota
Câmara Municipal de Oeiras	Empresa-mãe	156.830,00	18.425,40	-
Câmara Municipal de Oeiras	Empresa-mãe	867.710,34	0,00	Nº 2 do artigo 40 da Lei 50/2012

Unidade: Euros

O valor mencionado refere-se a serviços prestados à Câmara Municipal de Oeiras.

6 – Ativos Intangíveis

Nos **Ativos Intangíveis** registaram-se, no ano de 2021, dois investimentos, um na conversão do sistema de faturação em faturação eletrónica a clientes, no valor de 16.800 euros e outro no upgrade do sistema SAP para EHP8, no valor de 6.050 euros.

Registou-se o montante de 461.873,30 euros em ativos intangíveis em curso referentes ao projeto Uniquepaths, apoiado pelo Turismo de Portugal.

O projeto uniquePATHS foi submetido ao Turismo de Portugal em 2020, onde nessa altura se estimavam custos relacionados com a implementação do projeto apenas com recurso à subcontratação. Contudo, estes projetos para serem bem sucedidos têm de incorporar recursos internos que permitam desenvolver procedimentos que garantam futuramente o bom funcionamento 24h/24h, todos os dias do ano, já que se trata na sua essência de um projeto on-line onde foi necessário reforçar competências que não estavam previstas no projeto inicial candidatado ao Turismo de Portugal, nomeadamente:

- Instalação do ambiente de testes;
- Instalação do ambiente de produção;
- Implementação dos certificados de segurança;
- Gestão de DNS;
- Criação de subdomínios para clientes específicos;
- Integração de pagamentos automáticos;
- Integração do sistema de faturação;
- Criação de URLS amigáveis para rotas específicas;
- Otimização de motores de busca;

Municipia © 2019

- Testes funcionais;
- Testes de usabilidade;
- Testes de performance;
- Testes de aceitação.

Ativos intangíveis	Valores Bruto						
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	Reval. J.Valor	Abates	Saldo Final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proj. desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de comp.	722.151,53	22.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	745.001,53
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis	**722.151,53**	**22.850,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**745.001,53**
Ativos intang. Curso	151.773,67	461.873,30	0,00	0,00	0,00	0,00	613.646,97
Adiant.p/conta Ativo intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: euros

Ativos intangíveis	Amortizações				
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Abates	Saldo Final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	719.630,12	7.225,58	0,00	0,00	726.855,70
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis	**719.630,12**	**7.225,58**	**0,00**	**0,00**	**726.855,70**
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: euros

Ativos intangíveis	Imparidades					
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	Saldo Final	Valor Líquido
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.145,83
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**18.145,83**
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	613.646,97
Adiant. p/conta Ativo intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
						631.792,80

Unidade: euros

Bases de mensuração, Métodos de depreciação usados, Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas: Ver ponto 3.

7 – Ativos Fixos Tangíveis

No Ativo Fixo Tangível registou-se um investimento de 1.175 euros, no ano de 2021, referente a equipamento básico.

Em termos de abates, foram vendidos do imobilizado, um GPS e uma viatura.

Ativos Fixos Tangíveis	Valores Brutos							
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	Reval. J.Valor	Abates	Transf.	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	389.467,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	389.467,39
Edifícios e outras construções	1.198.292,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.198.292,09
Equipamento básico	2.281.466,22	1.174,50	-5.621,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.277.019,72
Equipamento de transporte	288.358,72	0,00	-2.845,52	0,00	0,00	0,00	0,00	285.513,20
Equipamento administrativo	116.584,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	116.584,89
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	2.715,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.715,73
Ativos fixos tangíveis	**4.276.885,04**	**1.174,50**	**-8.466,52**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.269.593,02**
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant.p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euros

Municípia © 2019

Ativos Fixos Tangíveis	Amortizações						
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	Abates	Transf.	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	497.250,74	23.368,04	0,00	0,00	0,00	0,00	520.618,78
Equipamento básico	1.743.571,25	109.701,82	-4.710,09	0,00	0,00	0,00	1.848.562,98
Equipamento de transporte	217.243,20	39.516,54	-2.845,52	0,00	0,00	0,00	253.914,22
Equipamento administrativo	114.759,74	931,79	0,00	0,00	0,00	0,00	115.691,53
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	2.715,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.715,73
Ativos fixos tangíveis	**2.575.540,66**	**173.518,19**	**-7.555,61**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.741,503,24**
Ativos fixos tang. em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euros

Ativos Fixos Tangíveis	Imparidades						
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ detid.p/ venda	At. Revaloriz.	Saldo Final	Valor Líquido
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	389.467,39
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	677.673,31
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	428.456,74
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.589,98
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	893,36
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.528.089,78**
Ativos fixos tang. em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
							1.528.089,78

Unidade: Euros

Bases de mensuração, Métodos de depreciação usados, Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas: Ver ponto 3.

Município © 2019

8 – Locações Financeiras

Locação financeira

BEM	LOCADOR	INÍCIO PRAZO	FIM PRAZO	VALOR CONTRATADO	VALOR ACUMULADO LIQUIDADO	VALOR EM DÍVIDA
Viatura	Novo Banco	2020	2024	25.850,66	10.775,23	15.075,43

Unidade: euros

Valor de ativo registado

BEM	VALOR DE AQUISIÇÃO	DEPRECIAÇÕES	VALOR ACUMULADO LÍQUIDO
Viatura	25.850,66	11.309,66	14.541,00

Unidade: euros

9 – Gasto de Empréstimos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2021, utilizaram-se 603.000 euros em contas correntes caucionadas e 552.282,45 euros em empréstimos bancários. Assim, da utilização das contas correntes caucionadas ao longo do ano e da assunção de compromissos de financiamento, foram gerados os seguintes encargos financeiros, para cada tipologia de financiamento:

Descrição	Montante
Juros da aquisição da viatura	138,05
Juros de outros financiamentos	58.874,30

Unidade: Euros

Município © 2019

10 – Gastos / reversões de depreciação e de amortização

O montante de 180.743,77 euros, diz respeito ao valor das amortizações geradas.

11 – Imparidade de Ativos e Reversões / Justo Valor

Descrição	Clientes
Saldo inicial a 01-01-2021	**356.064,29**
Reversão	-24.125,79
Utilizações	0,00
Imparidade do exercício	0,00
Saldo final a 31-12-2021	**331.938,50**

Unidade: euros

As perdas por imparidade em clientes foram de 0 euros e reversões foram de 24.125,79 em clientes. Em termos líquidos resultou num valor de 24.125,79 euros devidamente registadas na Demonstração de Resultados, ou seja, recuperou-se 24.125,79 euros.

12 – Rédito

No ano de 2021, o valor da prestação de serviços aos nossos clientes foi de 2.577.874 euros.

Neste valor estão incluídos 278.617 euros de serviços realizados e ainda não faturados e estão subtraídos 137.608 euros de serviços faturados e ainda não reconhecidos.

As prestações de serviços dos projetos em curso a 31 de dezembro de 2021, são reconhecidas no rédito com base no critério da percentagem de acabamento.

13 – Subsídios do Governo e apoios do Governo

A Municípia em 2021, não beneficiou da transferência de quaisquer subsídios.

No entanto, existe um acordo de colaboração celebrado entre a Municípia e o Turísmo de Portugal para a execução do projeto UniquePATHS – PediGuias e PediRotas numa plataforma única, que visa promover a contínua qualificação dos destinos através da

regeneração, requalificação e reabilitação dos espaços públicos com interesse para o turismo e para a valorização do património cultural e natural do país. O valor do investimento global a efetuar é de 376.800 euros, sendo que o incentivo será não reembolsável até ao montante de 300.000 euros. A Município efetuou já um investimento de 613.647 euros e já foi reembolsada em 156.205 euros.

14 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Foi registada uma provisão para riscos cambiais referente ao saldo em dívida, relacionado com o projeto de Moçambique, no montante de 154.287,26 euros, em exercícios anteriores e no exercício corrente 0 euros, em virtude dos problemas cambiais, económicos e de outras naturezas (ciclones, desaceleração da economia e COVID-19), que existiram em anos anteriores e que não se prevê que possa vir a existir. Neste sentido e dada a volatilidade passada, a administração não vê necessidade de reforço, mas também por prudência, entende ser razoável neste momento manter as provisões anteriormente efetuadas.

Provisões	Saldo Inicial	Provisões	Reversões	Saldo Final
Provisões	154.287,26	0,00	0,00	154.287,26
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profis.	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	154.287,26	0,00	0,00	154.287,26

Unidade: euros

15 – Impostos sobre o rendimento

Prejuízos Fiscais por utilizar:

Anos	Montante	Matéria Coletável utilizada			Matéria Coletável perdida	Saldo por utilizar	Perde-se em: Ano
		2019	2020	2021	2021		
2014	44.355,02	44.355,02	0,00	0,00	0,00	0,00	2028
2015	97.982,50	77.666,18	20.316,32	0,00	0,00	0,00	2029
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
2020	1.287.515,36	0,00	40.213,28	0,00	0,00	1.247.302,08	2032
TOTAL	**1.429.852,88**	**122.021,19**	**60.529,60**	**0,00**	**0,00**	**1.247.302,08**	**-**

Unidade: euros

Prejuízos fiscais dedutíveis nos próximos exercícios

Valores para estimativa de impostos diferidos:

ANOS	MONTANTE
2015	20.316,32
2021	-20.316,32
TOTAL	**0,00**

Unidade: Euros

(Taxa de IRC 21%): 0 euros

Subtotal do imposto diferido: 0 euros

Impostos diferidos passivos

Estimativa de retenções de impostos futuros que potencialmente e/ou previsivelmente poderão não ser abatíveis à coleta:

ANOS	MONTANTE
2018	0,00
2019	137.805,10
Subtotal do imposto diferido	**137.805,10**

Subtotal do imposto diferido passivo:137.805,10 euros.

Foi estimado, em exercícios anteriores, o valor do imposto referente à retenção/comissão a efetuar pela Municípia MZ no montante de 137.805,10 euros, relativo ao valor em aberto após compensação estimada, retenção esta sobre uma base calculada em 2019, em virtude de ter sido fiavelmente mensurável à data de encerramento das contas de exercícios anteriores, e não existindo variação materialmente relevante de que o valor venha a ser diferente. Todavia, é de ressalvar que existe algum grau de incerteza, que a empresa considera baixo na presente data.
O valor do imposto diferido passivo, que corresponde à retenção/comissão estimada futura, pode potencialmente vir a ser dedutível à coleta, reduzindo assim impostos futuros a pagar e como tal melhorando resultados líquidos futuros e/ou capitais próprios. No entanto, devido a graus de incerteza, a pagamentos especiais por conta dedutíveis nos próximos exercícios e aos prejuízos fiscais acumulados de exercícios anteriores, bem como o prejuízo fiscal de 2020, e impostos diferidos dedutíveis também em impostos futuros, a sociedade por prudência e precaução, entendeu não reconhecer tal ativo, seguindo as normas e tendo em conta o elevado risco e baixa fiabilidade de mensuração. Em suma, os cálculos e registos da estimativa de impostos seguiram uma estratégia conservadora.

PEC - Pagamento Especial por Conta a utilizar em exercícios futuros:

ANOS	MONTANTE
2018	4.395,72
2017	0,00
2016	0,00
2015	0,00
2014	0,00
TOTAL	**4.395,72**

Unidade:euros

A Administração espera vir a ter resultados fiscais que utilizem os pagamentos (especiais) por conta atualmente pagos e ainda não utilizados.

PEC perdidos no final de 2021: 0 euros

Prejuízos fiscais perdidos no final de 2021: 0 euros

Prejuízos fiscais utilizados em 2021: 60.529,60 euros

Existiam 20.316,32 euros de prejuízos fiscais, utilizáveis em resultados tributáveis, sendo que estavam considerados para base de cálculo de impostos diferidos ativos 20.316,32 euros, a que correspondia Impostos diferidos acumulados relacionados com prejuízos fiscais dedutíveis: 4.266,43 euros, e que foram utilizados neste exercício, não transitando saldo de impostos diferidos.

Para além disto, existem Pagamentos Especiais por Conta por utilizar em impostos futuros no montante de 4.395,72 euros, não se tendo perdido nenhum valor neste exercício.

Neste exercício não foram utilizados os prejuízos fiscais todos, ou seja, foram utilizados no montante de 60.529,60 euros, não se tendo perdido o remanescente, no montante de 1.247.302,08 euros, de exercícios anteriores, podendo ser utilizado até 2032.

O imposto do exercício em resumo reparte-se da seguinte forma:

IR Estimado	MONTANTE
Coleta	5.447,66
Tributações Autónomas	11.435,19
Derrama	1.297,06
Outros	0,00
Impostos Diferidos	4.266,43
TOTAL	**22.446,34**

Unidade: euros

Impostos diferidos do exercício: 4.266,43 euros

Impostos diferidos de exercícios anteriores:

137.805,10 euros a)

0 euros b)

a) Impostos diferidos Passivos: Estimativa de Retenções/Comissões de impostos futuras que potencialmente e/ou previsivelmente poderão não ser abatíveis à coleta. Retenção/Comissão estimada referente a valores faturados e ainda não pagos, retenção por fazer no projeto de Moçambique, ou seja, o valor referente a estimativa de retenções/comissões que irá ser feita aquando do recebimento de valores oriundos de Moçambique. Em virtude da incerteza sobre a dedutibilidade dos mesmos e sendo essa retenção/comissão relacionada com rendimentos do exercício, e por precaução, optou-se por considerar imposto do exercício através do lançamento de impostos diferidos passivos. Dada a incerteza, a administração não crê que deva ser anulada, mas também não vê necessidade de reforço.

b) Valores da estimativa de Impostos Diferidos Ativos referente a Prejuízos Fiscais de anos anteriores dedutíveis no exercício. Ou seja, em exercícios anteriores existiram prejuízos fiscais, os quais deram origem a uma estimativa de impostos diferidos ativos. No início do exercício, estavam por deduzir 4.266,43 euros da estimativa, que foram utilizados na integra, não deixando saldo a transitar.

16 - Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

As cotações a 31.12.2021:
Um dólar americano (USD) = 0,88292 euros;
Um metical (MZN) = 0,01397 euros.

O número de funcionários ao serviço da empresa, em 31 de dezembro de 2021, foi de 46 pessoas.

Em 31.12.2021, não existiam dívidas em situação de mora ao Estado e outros Entes Públicos.

Arrendou-se a terceiros, aproximadamente 15% do espaço da Municípia, pelo valor mensal de 1.510 euros mais IVA, não tendo sido registado em propriedades de investimento, face ao valor residual do espaço.

A 31.12.2021 encontrava-se por liquidar por parte dos acionistas:

LEGAIS	Lei 53-F/2006 2008	Lei 53-F/2006 2009	Lei 53-F/2006 2010	Lei 53-F/2006 2011/12	Lei 50/2012 2013	Lei 50/2012 2014	Lei 50/2012 2015	Lei 50/2012 2016	Lei 50/2012 2017	Lei 50/2012 2018	Lei 50/2012 2019	Lei 50/2012 2020
Regra do Equilíbrio de Contas	15.569	52.876	58.110	0	116.991	0	-2.391	0	0	0	0	229.291
Total	470.446											

Unidade: Euros

Nas páginas 36, 37 e 38 deste relatório encontram-se descriminadas as divídas referentes à regra do equilíbrio financeiro dos acionistas.

Do valor faturado ao Fundo Nacional de Desenvolvimentos Sustentável (FNDS), já se encontra regularizado cerca de 52%, sendo que existe um valor em dívida no montante de 1.946.970 euros. Os valores pagos foram liquidados em tranches e em periodicidades irregulares, mas onde se denota empenho e vontade por parte do cliente na liquidação dos valores em aberto, estando em contacto permanente com o consórcio, pelo que não se perspetiva qualquer incumprimento por parte da entidade do estado FNDS.

Contudo, face à materialidade do saldo, entende a administração realizar um acompanhamento constante de monitorização e de reuniões presenciais, de modo a acautelar que os pagamentos se mantêm pelo menos na mesma cadência que se registaram até à presente data. A administração mantém ainda a expectativa de projetos futuros naquele território, nas áreas de atuação da Municípia, atendendo às necessidades locais e à capacidade técnica que a sociedade pode levar para aquele território. Apesar disso, será sempre um território que requere uma abordagem cuidadosa, face aos riscos presentes nestes territórios ao nível económico, de segurança, alterações políticas, entre outros.

De seguida detalham-se as rúbricas Outros Créditos a receber (Outras contas a receber) do Balanço, nos anos de 2020 e 2021:

Descrição	2020	2021
Pessoal-Adiantamento Pag. Pessoal	0,00	0,00
Acionistas-Emp. Grupo-Outras	1.710.107,21	470.446,23
Projetos Realizados a Faturar	314.121,70	278.617,26
Devedores acrésc. Rendimentos – outros	134.240,61	95.750,87
Club M	28,00	12,00
ANEC	1.469,85	1.469,85
Nível	32.000,00	32.000,00
FGCT	0,74	0,00
MZ outros devedores e credores	781.880,05	1.098.592,30
Outros devedores e credores	1.050,00	1.810,40
Tarefeiros	546,74	546,74
Perdas Imparidades acumuladas	-32.000,00	-32.000,00
Total	**2.943.444,90**	**1.947.245,65**

Unidade: euros

De seguida detalham-se as rubricas Outros Créditos a pagar (Outras contas a pagar) do Balanço, nos anos de 2020 e 2021:

Descrição	2020	2021
Pessoal-Remunerações a Pagar	1.283,26	1.283,26
Pessoal-Adiantamento Pagamento	55.045,36	50.987,59
Remunerações a Liquidar	141.657,29	173.151,67
Taxa Saneamento IMI	1.780,00	1.668,76
Cartrack	49.120,85	105.459,47
Outros Acréscimos de Gastos	545.289,24	1.108.879,92
Sindicato	153,89	151,22
FGCT	0,00	4,46
O.Dev.Cred.Diver.-FI	15.061,60	0,00
Total	**809.391,49**	**1.441.586,35**

Unidade: euros

17- Informações complementares:

A Administração não tem projetos ou ações em curso que possam afetar a continuidade das operações da mesma, ou algum litigio que possa influenciar materialmente as contas apresentadas.
A Administração não tem indícios de que existam rendimentos ou gastos, ativos ou passivos, cujo Justo Valor ou valor dos benefícios económicos futuros atualizado, seja diferente do valor contabilístico presente nestas, nem que exista Imparidade de ativos para além dos relatados nas demonstrações financeiras.

Também não existem orçamentos detalhados anuais por unidade de negócio ou ativo que indiciem implicações nas contas.

A empresa não tem nenhum litígio ou conflito esperado com qualquer entidade, com impacto nas contas apresentadas.

Foram transmitidos todos os compromissos e todas as responsabilidades, reais ou contingentes, que afetam a situação da empresa.

Oeiras, 23 de fevereiro de 2021

O Contabilista Certificado (Nº 61.236)

Pedro Nunes

O Conselho de Administração,

Fernando do Nascimento Trigo – *Presidente*

Rui Manoel da Graça Coias – *Administrador*

João Pedro Brito da Silva – *Administrador*

Relatório e parecer do fiscal único

Senhores Accionistas,

1- Nos termos legais e na qualidade de fiscal único de MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA, submetemos à apreciação de V. Exas. o relatório da nossa actividade bem como o nosso parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

2 – Acompanhamos com regularidade as actividades desenvolvidas pela empresa e efectuamos as análises e as verificações necessárias ao exercício das funções que nos estão cometidas, recorrendo-se para o efeito às informações de gestão e aos esclarecimentos prestados pela Administração e seus colaboradores , de quem obtivemos o apoio considerado necessário.

3- O relatório de gestão satisfaz os preceitos legais e regulamentares e reflecte de forma detalhada as actividades desenvolvidas durante o exercício de 2021 e as perspectivas que se colocam no futuro.

4 – Relativamente às demonstrações financeiras que nos foram apresentadas, releva-se o seguinte :

- Estão elaboradas em conformidade com o sistema de normalização contabilística (SNC) e restante legislação e normativos aplicáveis.

- Os critérios e métodos de valorimetria são consistentes, satisfazem os adequados preceitos técnicos e legais e adequam-se às características da actividade empresa.

- consideramos que a ênfase apresentada na certificação legal de contas é relevante para a compreensão das demonstrações financeiras.

5 – Do exposto anteriormente e tomando em consideração a certificação legal das contas, é nosso parecer que o relatório de gestão e as contas de 2021 reflectem adequadamente as actividades desenvolvidas e a situação económica e financeira de MUNÍCÍPIA, EM,SA, e, nessa conformidade propomos a V. Exas., que aproveis :

- O relatório de gestão e contas de 2021.
- A proposta de aplicação de resultados que integra o relatório de gestão.

Lisboa, 04 de Março de 2022

O Fiscal Único

Diz & associados- SROC, Lda.
Representada por
Joaquim dos Santos Silva (ROC n.º 383)

diz & associados-SROC, Lda

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditamos as demonstrações financeiras de MUNICÍPIA , Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2021 que evidencia um total de 7 074 889 euros e um total de capital próprio de 3 268 491 euros, incluindo um resultado de exercício positivo de 35 882 euros, a demonstração de resultados por naturezas , a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data , e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais a posição financeira de MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA, em 31 de Dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com as normas de contabilidade e relato financeiro adoptadas em Portugal, através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do Código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do orgão de gestão e do orgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as normas de contabilidade e relato financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade , divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O orgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isolada ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte duma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também.

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação , omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade.

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão.

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos e condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar

continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe alguma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório, para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades.

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa do controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeira

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante relacionada com as demonstrações financeiras auditadas é concordante com as mesmas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorrecções materiais.

Lisboa, 04 de Março de 2022

Diz & associados- SROC, Lda
Representada por
Joaquim dos Santos Silva,
ROC n.º 383